

1.6 • Conjuntura Internacional

BREXIT: THE FINAL COUNTDOWN?

Ana Isabel Xavier

Texto entregue em Dezembro de 2020

EM 1986, UMA BANDA SUECA SUGESTIVAMENTE INTITULADA *EUROPE* lançava um hit single que ainda hoje ecoa nas playlists em modo *re-vival*: “*We’re leaving together / But still it’s farewell / And maybe we’ll come back / To earth, who can tell? / I guess there is no one to blame / We’re leaving ground (leaving ground) / Will things ever be the same again? / It’s the final countdown (...)*”

Em contagem decrescente para o dia 31 de Dezembro de 2020, sem prorrogação solicitada a tempo devido e em plena gestão e contenção do COVID-19, o cenário da saída sem acordo voltou a ser colocado em cima da mesa como admissível. O(s) impasse (s) estiveram na agenda oficial e oficiosa até ao último minuto. Na tarde da consoada, Boris Johnson e Ursula Von der Leyen, visivelmente aliviados, declaravam vitória, com discursos díspares sobre o que significa “soberania” para ambas as partes em pleno século XXI: a partir de Londres, um Brexit concretizado em 2020 com promessas de recuperação e controlo total das fronteiras e das decisões nacionais; a partir de Bruxelas, “ser capaz de, sem qualquer dificuldade, trabalhar, viajar, estudar e fechar negócios em 27 países e conseguir reunir as nossas forças e falar em conjunto num mundo cheio de grandes poderes”¹. No dia de Natal, Johnson convidava os Britânicos a uma “história de embalar” com as 2000 páginas do acordo, com muito peixe (o último dos imbróglis soberanistas) à mistura!

2020: o ano de todas as (não) negociações

“Este Tratado de Adesão, que ainda não vimos, e o Tratado de Roma, sobre o qual talvez tenhamos visto demasiado, são únicos na história desta nação. Este é um Tratado que submete às obrigações mais formidáveis e duradoras. É um Tratado – o primeiro de nossa história – que privaria o Parlamento britânico e o povo dos direitos democráticos que exercem há muitos séculos” (Hansard, 1972).

Às 23 horas do dia 31 de Janeiro de 2020 (meia noite em Bruxelas), 1713 dias após o referendo de 23 de Junho de 2016, o sino Big Ben fez soar doze badaladas num dobrado ressoar: o término da condição de Estado-membro da União Europeia e a entrada em vigor de um período de transição que se estende até 31 de Dezembro de 2020, tendo em vista a formalização e aplicação de um acordo de saída ordenada e estruturada. Enquanto que no período de transição o direito comunitário continua a aplicar-se ao Reino Unido e cidadãos, consumidores, empresas, investidores, estudantes e investigadores não irão ver

alterados nenhum dos seus direitos, com a entrada em vigor do acordo de saída são três as áreas sujeitas a negociações intensas sobre as futuras relações entre a União Europeia e o Reino Unido: 1) os direitos dos cidadãos da UE residentes no Reino Unido e dos cidadãos britânicos residentes nos países da União Europeia; 2) as contribuições britânicas para o pacote financeiro da UE até 2020 (*divorce bill*); e 3) o futuro das relações entre a Irlanda do Norte e a EU (ver caixa).

“**Nesta reta final, Bruxelas continua a ser favorável a uma saída com acordo, mas sem ceder nas linhas vermelhas que foram ditadas logo a seguir ao referendo.**”

Os trabalhos iniciaram-se formalmente a 25 de fevereiro de 2020, data em que a declaração política anexa ao acordo de saída e o mandato negocial foram aprovados pelo Conselho.

A primeira ronda de negociações² decorreu entre os dias 2 e 5 de março de 2020, em Bruxelas, com uma série de reuniões bilaterais entre os negociadores chefes Michel Barnier e David Frost e sessões específicas temáticas em torno de áreas como o comércio de mercadorias, serviços e in-

vestimento; transportes; energia e cooperação nuclear civil; pescas; mobilidade e segurança social; ou cooperação judiciária em matéria penal. Por sua vez, a mais recente oitava ronda de negociações entre a União Europeia e o Reino Unido com data marcada para 8 a 10 de setembro de 2020, em Londres (mais de meio ano após o início formal das negociações do período de transição, em plena gestão do COVID-19 e sem extensão de prazo passível de ser solicitado por Londres até Julho), fazia antever que os progressos são ínfimos e o relógio não parece parar de correr. A tentativa de desbloquear as linhas vermelhas de parte a parte, com o fito de quebrar o ainda impasse nas negociações comerciais, foi a principal preocupação de Michel Barnier que, à margem do cronograma programático de discussão, antecipou a viagem para Londres para recuperar as questões da política de pescas ou os auxílios estatais.

Por fim, a nona e última ronda, entre 29 de Setembro e 02 de Outubro, em Bruxelas, que serviu também de balanço oficial dos pontos de convergência de 11 meses de negociações: comércio de bens, serviços e investimento, cooperação nuclear civil, participação em programas da União, segurança da aviação, segurança social e o respeito pelos direitos fundamentais e pelas liberdades individuais (ver cronologia).

Nesta reta final, Bruxelas continua a ser favorável a uma saída com acordo, mas sem ceder nas linhas vermelhas que foram ditadas logo a seguir ao referendo – nomeadamente a liberdade de cir-

UMA CRONOLOGIA

01 Janeiro 1973	Adesão formal do Reino Unido à Comunidade Europeia.
05 Junho 1975	Referendo sobre a adesão formal. 67,2% dos eleitores votaram a favor da permanência.
23 Junho 2016	Referendo sobre a manutenção ou retirada do Reino Unido da União Europeia. O <i>leave</i> ganhou com 51,89%, enquanto o <i>remain</i> ficou-se pelos 48,11%.
24 Junho 2016	David Cameron demite-se.
29 Março 2017	Theresa May desencadeia formalmente o artigo 50 do Tratado de Lisboa.
12 Dezembro 2018	Moção de desconfiança lançada pela ala eurocética do Partido Conservador.
07 Junho 2019	Theresa May abandona liderança do partido conservador e do governo.
24 Julho 2019	Boris Johnson encontra-se com a Rainha Isabel II depois de ser eleito líder do Partido Conservador.
17 Outubro 2019	Boris Johnson renegoceia acordo de saída com a União Europeia.
12 Dezembro 2019	Eleições dão maioria expressiva a Boris Johnson com 365 dos 600 assentos. O resultado foi o melhor para o Partido Conservador desde eleições de Margaret Thatcher nos anos 1980 e o pior para os Trabalhistas desde a década de 1930.
31 Janeiro 2020	Início formal do período de transição. O Reino Unido deixa de ser Estado-membro de pleno direito da União Europeia, sem participação nas instituições comunitárias.
25 Fevereiro 2020	Mandato negocial é aprovado em sede de Conselho.
2-5 Março 2020	Primeira ronda de negociações (Bruxelas).
20-24 Abril 2020	Segunda ronda de negociações (videoconferência).
11-15 Maio 2020	Terceira ronda de negociações (videoconferência).
2-5 Junho 2020	Quarta ronda de negociações (videoconferência).
29 Junho-3 Julho 2020	Ronda restrita de negociações (Bruxelas).
20-23 Julho 2020	Sexta ronda de negociações (Londres).
18-21 Agosto 2020	Sétima ronda de negociações (Bruxelas).
8-10 Setembro 2020	Oitava ronda de negociações (Londres).

AS DUAS IRLANDAS E O BACKSTOP

No âmbito do futuro das relações entre a Irlanda do Norte e a UE, o jargão *backstop* foi o mais mediaticizado, assumindo-se como uma cláusula de salvaguarda exigida pela UE para impedir a existência de uma fronteira física entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda incluído expressamente no acordo de Theresa May com Bruxelas. Com Boris Johnson e a renegociação do acordo de saída a 17 de outubro de 2019, a principal diferença reside na revisão do protocolo sobre a Irlanda e a Irlanda do Norte⁶ que, na prática, deixa de ficar condicionado à negociação do futuro acordo de livre comércio entre Reino Unido e UE, mas passa a ser uma norma permanente que entra em vigor depois de terminado o período de transição. Deste modo, rejeita-se a hipótese de uma fronteira física entre as duas Irlandas e toda a ilha é tratada como um mercado único com as mesmas regras para agricultura e produção industrial. Por sua vez, a Irlanda do Norte permanecerá exclusivamente integrada na união aduaneira britânica (podendo assim beneficiar de futuros acordos de comércio livre que o Reino Unido possa celebrar com países terceiros) e alinhada com o código aduaneiro e mercado único da UE, respeitando todas as regras do mercado único e aplicando as taxas europeias para as exportações e importações. Ainda de referir que enquanto o *backstop* tinha de receber a luz verde da União Europeia para ser desbloqueado, no caso do protocolo tal só dependerá do Parlamento da Irlanda do Norte.

⁶ Idem; e Fella, S. (2020b) What is happening in the UK-EU future relationship negotiations?, The House of Commons Library (Disponível em <https://commonslibrary.parliament.uk/brexit/the-eu/what-is-happening-in-the-uk-eu-future-relationship-negotiations/>).

culação e direitos de igualdade e reciprocidade – e deixando sempre claro que, de forma litigiosa ou amigável, um divórcio traz inevitavelmente a consciência e consequência que os privilégios são diferenciados quando se é Estado terceiro ou um Estado de pleno direito. Após 11 meses, persistiram ainda três grandes divergências relacionadas com regras de concorrência, governação e pescas.

“
Uma saída sem acordo em que as relações comerciais e de investimento da UE com o Reino Unido serão regidas pelas regras aplicáveis a qualquer outro país terceiro pela Organização Mundial do Comércio.”

Por sua vez, Downing Street foi também clara na abordagem que pretendia de Bruxelas: uma relação de cooperação amigável que respeite a soberania britânica, sustentada por um acordo de comércio livre com tarifas e quotas zero (semelhante ao que a União Europeia mantém com países terceiros, nomeadamente o Canadá³), bem assim condições de concorrência equitativas, abertas e justas sem qualquer outro alinhamento regulatório em que tenha de obedecer a regras sobre subsídios públicos ao setor industrial, ou corresponder a metas europeias em matéria de direitos laborais ou planos de proteção ambiental⁴.

Adeus que me vou embora?

Já em contagem decrescente, a agenda do Conselho Europeu de 02 de Setembro, sob a liderança da Presidência Alemã, não incluiu as negociações pós Brexit no alinhamento, alegadamente por ausência de progressos significativos nas negociações entre Michel Barnier, negociador chefe da União Europeia e David Frost, homólogo britânico.

Uma saída sem acordo em que as relações comerciais e de investimento da UE com o Reino Unido serão regidas pelas regras aplicáveis a qualquer

outro país terceiro pela Organização Mundial do Comércio afigurou-se, assim, como o cenário mais provável até à 25^a hora⁵.

Mesmo com prenúncio de acordo na véspera de Natal, de modo a que o Reino Unido saia *de facto* e *de jure* do mercado único e da união aduaneira da União Europeia, as linhas gerais do acordo sobre as relações futuras terão que ser discutidas e ratificado pelo Parlamento Europeu, aprovado pelos 27 chefes de Estado e de Governo em sede de Conselho Europeu e, posteriormente, traduzido nas 24 línguas oficiais para apreciação dos parlamentos nacionais e regionais.

Mesmo com um acordo (provisório) que inclui cinco anos e meio de quotas asseguradas para as comunidades pesqueiras (embora renegociável anualmente a partir de 2026), caberá ainda à Presidência Portuguesa da União Europeia a gestão imediata do impacto dos primeiros meses de adaptação e reorganização na relação entre ambas as partes. Ao milagre de Natal, espera-se assim que a primavera Lusa consiga relançar o futuro da Europa e deixar, efetivamente, o Brexit no ano velho! ■

Notas

¹ Citações diretas da conferência de Imprensa da Presidente da Comissão Europeia.

² Para analisar em detalhe os desenvolvimentos de cada ronda de negociações, sugere-se a consulta do *website* https://ec.europa.eu/info/european-union-and-united-kingdom-forging-new-partnership/future-partnership/negotiation-rounds-future-partnership-between-european-union-and-united-kingdom_en (última consulta a 05 de Setembro de 2020).

³ Sobre o acordo Económico e Comercial Global entre a UE e o Canadá (CETA) que tem sido amplamente citado pelo executivo britânico, vale a pena consultar o *website* https://eur-lex.europa.eu/content/news/eu_canada_trade_agreement-ceta.html?locale=pt (última consulta a 05 de Setembro de 2020).

⁴ Mills, C. & Webb, D. & Areas, E. & Cowie, G. & Jozepa, I. & Dawson, J. & Fella, S. & Browning, S. & Mars, S. (2020). The UK-EU future relationship negotiations: process and issues, House of Commons Library. (Disponível em <https://commonslibrary.parliament.uk/research-briefings/cbp-8834/>).

⁵ Fella, S. (2020a) Brexit: What happens next?, House of Commons Library (Disponível em <https://commonslibrary.parliament.uk/brexit/negotiations/brexit-what-happens-next/>).

Bibliografia geral

Hansard. (1972). European Economic Community (Treaty of Accession). (Disponível em <https://api.parliament.uk/historic-hansard/commons/1972/jan/20/european-economic-community-treaty-of-accession> #column_681).